

(10/11/68) 10/11/68
Comissão
(14/11/68)

A C T A

Com o objectivo de se discutirem as sugestões para a reunião do CN a ter lugar no dia 18, 19 e 20 do corrente, reuniram-se no gabinete do Camarada 1º Ministro, no passado dia 10 pelas 18H30 os camaradas Secretário-Geral Adjunto, José Araújo, Júlio de Carvalho e Olívio Pires.

O Camarada Olívio Pires faz a introdução do objectivo da reunião, começando por fazer referência a um papel que o camarada Secretário-Geral Adjunto teria enviado e pensa que se poderia discutir no CN mesmo que não fosse para tomar alguma decisão, mas para ajudar a preparar uma decisão, que é por exemplo o ponto: "Exercício da função dirigente dos órgãos de direcção e o funcionamento do CN e funções e tarefas de Secretariado, dos quadros etc."

O CN além de meditar sobre isso, poderia encarregar um grupo de Camaradas de apresentar (um trabalho) uma base, numa próxima reunião que se pudesse fazer ainda este ano. Acrescenta que, independentemente disso, mais gente poderia ser encarregada de apresentar vias para a materialização (uma determinada política em determinado período de tempo). Há mesmo a questão do Partido (que ^{ele} começou e pode avançar);

mas agora é preciso ver por onde começar. O quê que se vai fazer de já. ^{Sabido} que várias destas decisões exigem que se designe alguém para apresentar uma base ao Conselho Nacional ou a Comissão Política, conforme se decide. Há outras decisões até que não podem ser este ano, terão de ser definidas à longo tempo. Uma delas é a questão de política da juventude. Não se vai fazer isso no espaço dum mês. Ter-se-á que envolver gente da educação, envolver a JAAC, outros organismos que têm a ver^{da} juventude; Serviços dos Assuntos Sociais, ou gente ligada a isso, e ao fim de ~~X~~ 6 meses ou um ano 3, ou mais, apresentarão à Comissão Política ou ao Conselho esse trabalho. Mas é preciso designar alguém, ou criar um conjunto, ou dizer: "você é o responsável e cria a sua equipa de trabalho", senão ficar^{ão} impasse.

Camarada José Araújo - Diz que em relação à política da juventude há estudos que vêm sendo feitos por sociológicos (parece-lhe até que se pediu "experts" da UNESCO).

Camarada Olívio Pires - Acrescenta que a JAAC está a marchar, *etc.* e que é apenas só um exemplo para não dizer que não se materializa sem que o Partido constitua um organismo ou uma Comissão para fazer isso.

O camarada Secretário-Geral Adjunto - Qiz que pelo que compreendeu, parece-lhe que já fez uma coisa, que é esse papel - as decisões do Congresso põe-se o problema do seu estudo e divulgação, que o camarada Olívio Pires resume que não se trata apenas de divulgar documentos. Os militantes e cidadãos em geral devem apreender as ideias essenciais, compreendê-la, interiorizá-las na perspectiva da sua materialização gradual. Esse é que é o ponto importante quanto às decisões - a apreensão e compreensão e interiorização-. Agora fica outra componente - a materialização dessas decisões. Em relação às decisões do Congresso, essa directiva sobre o estudo e a divulgação das decisões e documentos do Congresso já está feita. A segunda fase, é a sua materialização, o que pressupõe um programa ou melhor, o desenvolvimento das decisões e o programa de execução, - o calendário. Há que fazer o desenvolvimento das ideias, das orientações e decisões.

Sublinha que em relação ao Governo ou ao Estado já começou a pensar em fazer uma reunião com alguns camaradas para lhe dar a tarefa de fazer um levantamento das questões ligadas à actividade do Estado (fazer a sua hierarquização segundo o grau de perioridade ou de factibilidade). Mas, mesmo assim, havia que ver uma certa classificação das questões, 1º de ordem institucional ou orgânica. Ter-se-á que ver quais as questões institucionais; Há as outras questões objectivas que são qualificáveis. Ter-se-á que ver se haverá necessidade de mudar as estruturas. Talvez seja necessário desmontar estas duas questões e apresentar isso num documento, e a partir daí, estabelecer um calendário (os vários objectivos, sua classificação). O camarada Secretário Geral Adjunto continua citando por exemplo o ponto 5 da resolução sobre o Estado: "sem prejuízo da Unidade Nacional, o Estado deve promover a descentralização do poder, pela institucionalização dum poder local autêntico". Sublinha que é necessário saber que é o poder local autêntico. O que se deve fazer no aspecto político, no aspecto jurídico, etc, Há que desdobrar tudo isso. Por exemplo, em relação ao Estado apanha-se uma série de questões e tentar-se-á desdobrar, decompôr isso, porque senão ficará apenas uma palavra de ordem: diz-se, mas não se sabe nem o seu significado.

O Camarada Olívio Pires - Diz que dificilmente essas orientações serão cumpridas porque não se apresenta de forma em que se possa concluir se cumpriu ou não.

Secretário-Geral Adjunto - Pergunta se isto é generalidade, como é que se vai fazer para que haja algo palpável, realizável. Manifesta a sua ideia

de que a necessidade de se fazer um levantamento, o significado de cada decisão e a partir daí saber-se o que fazer. Mas para tal, será necessário as sociar mais pessoas para discutir sobre essa questão.

Camarada Olívio Pires - Intervém dizendo que visto estarem à uma semana de reunião do CN propõe que se faça uma reunião em Dezembro, e na próxima reunião (dia 18) apenas discutir-se-ia um pouco mais essa questão e constituir-se-iam equipas para apresentar o trabalho em Dezembro ao que o camarada Secretário-Geral Adjunto responde que na próxima reunião do CN, ter-se-á que dizer algo também.

O Camarada Olívio Pires - Retomou o seu ponto de vista dizendo que sim, mas que já se poderá discutir sobre a materialização das decisões, não a materialização em si mas uma introdução com as várias alternativas; os vários problemas, que tem. Ouvir as opiniões depois decidir ou até pensar como encontrar os grandes domínios de trabalho a fazer. Para começar, designar quem realizará as coisas, ou quem ficará a frente de cada Comissão ou Grupo de trabalho. Pensa que deveria haver um papel de base, mas esse papel de base será elaborado posteriormente. Na base de discussão, dar alguém a tarefa das suas elaboração. E há outras questões mais concretas que não necessitam de estudo prévio, que se pode designar quem se encarregará da sua materialização. E há ainda essas outras questões que se pode dar a tarefa de preparar a documentação. Por exemplo, as questões da gestão participativa: pode-se constituir um grupo para apresentar um documento sobre isso. Não será a decisão. Apenas o grupo apresentará o trabalho em determinado tempo e já será um avanço.

Secretário-Geral Adjunto - Cita outro exemplo da resolução, ponto 2: ^{que seja} sobre a participação popular "profundado e reforçado o papel das organizações de massas na concepção e definição das políticas na área da sua intervenção, o que implica a definição das melhores vias e métodos para uma ligação mais efectiva entre as organizações de massas e as entidades estatais." -

Diz que isso é complicado. Pergunta o que significa no fundo.
Frisa a necessidade de se decifrar ^{o seu significado}

Camarada José Araújo - Responde que ^{essa questão} é institucional. O camarada Secretário-Geral Adjunto retomou a palavra, dizendo que sim mas ^{pergunta} o que é que isso significa em factos, em actos, porque tem que se desdobrar.

Camarada Júlio de Carvalho - diz que o importante é pensar sobre essas coisas: As vias para a materialização das decisões.

O Camarada José Araújo - segundo o seu ponto de vista esta próxima reunião do CN (18 de Outubro), será um Conselho de instalação, em que a preocupação principal é o "mis sur pied" dos mecanismos, juntamente dos grupos que irão fazer essas coisas: é o Secretariado, as Comissões, que irão preparar documentos de base para tal outra reunião do CN.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - manifesta o seu acordo, mas diz que para tal reunião terá que haver algo, ao que o camarada José Araújo explicita, a sua opinião, dizendo que o que interessa no momento actual talvez seja definir os grandes grupos de questões para se poder constituir equipas porque, não se consegue, até o fim de semana, fazer isso, só interessado, se se conseguir elaborar um documento de base e levar à reunião.

O camarada Secretário Geral-Adjunto - diz concordar com o camarada Araújo, salvaguardando contudo que para tal, é preciso fazer um levantamento das questões.

O Camarada José Araújo - concorda, sublinhando que a questão central é tentar levantar as questões até 3ª.feira. Depois disso poder-se-á convidar a uma reflexão conjunta e também designar equipas para aprofundar estas mesmas questões que depois virão ao CN sob a forma de documentos de base mas para uma reunião extraordinária.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - Diz concordar, mas pergunta quem irá fazer os levantamentos ou essas questões; quando é que se vai apreciar esse trabalho.

O Camarada José Araújo - intervém dizendo que, relacionado a isso, ocorre-lhe a questão das Comissões de Conselho Nacional. Poder-se-á constituir equipas que serão como que embrião das Comissões, agrupando isto em grandes capítulos - seria a designação das comissões. Desdobrar-se-iam as decisões far-se-ia o documento base, acompanhar e trariam ao CN, esse documento, ficando o trabalho para o Conselho.

O Camarada Olívio Pires - Toma a palavra para dizer que se pode agrupar certos domínios, mas há várias políticas. Têm que ser materializadas através dum plano e teria que haver uma equipa em que participassem altos respon-

sáveis do Estado - são eles que vão materializar-, que trabalhassem na elaboração dum plano para a materialização das decisões; não sendo um plano acabado, traçarão pelo menos, o que se vai fazer em 1984/85 etc. Teria que haver equipas quase por políticas para traçar um plano de materialização (calendário); elaborar onde necessário, propostas concretas de análise para submeter ao C⁴, porque dentro das decisões há algumas que carecem de desenvolvimento como já fora afirmado: lá o desdobrar e o desenvolvimento de muitas decisões, pois como está não diz nada.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - diz que duma forma ou de outra ter-se-á que preparar a reunião da Comissão Política, e até lá, as linhas gerais têm que estar definidas.

O Camarada Olívio Pires - pergunta se não será tarde para a ordem do dia da 6ª feira.

- Concluindo o camarada Secretário-Geral Adjunto diz que para a reunião da Comissão Política o camarada Olívio Pires ficará com o trabalho das resoluções ligadas ao Partido (resolução sobre o Programa, os Estatutos e as teses; o Partido, o trabalho ideológico (Apresentar a Comissão Política as ideias já elaborados.)

O Camarada Olívio Pires-pergunta se isso é para já, ou as coisas elaboradas a serem apresentadas seriam na reunião do CN em Dezembro, pois a sua ideia inicial era que neste CN, dar-lhe-iam essa tarefa e ele apresentará algo desdobrado sobre, como materializar e em que tempo, a decisão por exemplo, em relação ao Partido.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - esclarece que na Comissão Política vai-se falar disso. Dizer o que se vai fazer (as linhas gerais, e as questões) para se ir ao CN tofos com as mesmas ideias. Não se está a pedir o programa, mas a ideia da Comissão Política. Continua dizendo que ele poderá ficar com o Estado excluía-se a parte económica por ser algo muito batido e vem no plano) a participação popular, as organizações de massas e outras organizações sociais. Justifica-se dizendo que ter-se-ia que levantar as questões até Conselho Nacional poderá ajudar na elaboração das orientações, ou dos preâmbulos da acção de se grupo.

Continuando, salienta que o camarada Araújo ficaria com a Educação e Assuntos Sociais (resolução sobre o ensino; a cultura, a história, o desporto, os assuntos sociais e emigração) porque, quanto ao seu ponto de vista ter-se-á que reler, reflectir sobre as decisões porque algumas delas estão condensadas, outras não, e é importante fazer essa desdobragem para a sua materialização.

O Camarada Olívio Pires - refere-se por exemplo a reforma do sistema de ensino o que ? Como é que isso vai marchar? Pois já se fala disso há 3 anos. Mas se em termos concretos não sabe o que há sobre a reforma do ensino.

O Camarada Araújo - responde que o problema de reforma de ensino é que ainda que fazer estudos.

O camarada Olívio Pires - é de opinião de que precisamente agora depois do Congresso é que se deve levar as coisas para o concreto e essa reforma não é algo só do MEC, porque envolve muita gente que tem a ver com o ensino, e o MEC não está em condições de apreender as suas necessidades.

O Camarada Araújo - Diz que tem ideia de pessoas (a criação duma Comissão de Reforma do ensino) que não são necessariamente só gente do Ministério.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - sobre o ponto à ser discutido no CN relacionado com a eleição do Secretariado diz que há que pôr isso em alternativa. Se se criam Comissões ou grupos de reflexão como no Senegal, por exemplo.

Diz não compreender qual a diferença entre o Secretariado e as Comissões ou entre o Secretário e o Chefe das Comissões

O Camarada Olívio Pires - intervem, dizendo que para ele concebe que muitos partidos a um determinado nível, tenham Comissões, mãs são de estudo, salvo algumas que são permanentes. São como que grupos de reflexão, podendo ser criados mesmo a nível de base (Comissões que englobam gente com competência na matéria, estudar e apresentar os trabalhos), mas é uma Comissão diferente.

Segundo ele as Comissões deveriam ser criadas pelo Conselho Nacional. Se houvesse essa Comissão (por exemplo, para os assuntos económicos), o Se-

cretário devia ser uma pessoa suficientemente competente, para criar Comissões no domínio do plano económico - uma ou duas Comissões que lhe assessorassem. Seria quase de assessoria ao Secretariado.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - diz não compreender.

O Camarada Olívio Pires - explicou que se se criar uma Comissão para os Assuntos Económicos com mais um Secretário, isso será uma duplicação.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto aproveita para perguntar se a Comissão funciona ao lado do Secretariado, e se quando há Secretariado funciona a Comissão.

O Camarada Olívio Pires diz que a nível superior desconhece esse sistema de Comissão.

O Camarada José Araújo é de opinião de que a Comissão é um órgão de discussão, de concepção que continua a elaboração que se faz no CN. Por exemplo, leva-se um assunto ao CN, ele pode relegar a sua discussão ou tratamento para a Comissão e voltar ao CN, pois quanto a ele não lhe parece que a questão esteja ligada ao Secretariado, mas ao CN - uma Comissão do Conselho Nacional, que se ocupa de determinadas questões.

O Camarada Olívio Pires discorda, dizendo que o Secretariado é um órgão de execução.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - lembra que o CN tem um órgão administrativo - o Secretariado -, com os seus departamentos e, pergunta então, qual a função desses departamentos, e se as Comissões funcionam ao lado do Secretariado mas sem ligação com ele.

O Camarada Olívio Pires - responde que, pessoalmente, é por evitar tudo que seja duplicação.

O Camarada José Araújo - diz que para ele a Comissão é como o grupo de reflexão, para levar ao CN as suas reflexões.

O Camarada Olívio Pires - diz que já houve uma experiência nesse sentido, sendo justificado porque nessa cultura não havia Secretariado. Neste momento, se lhe perguntarem se será viável criar um Secretário para os Assuntos Económicos e dissesse não, e se propuserem que se crie uma Comissão para questões económicas, estará de acordo, pois será melhor porque na ausência dum Secretário ou alguém que se ocupe da questão económica pode-se criar uma Comissão com um presidente que pelo menos, irá fazendo alguma coisa colegialmente para seguir a questão económica. Para um Secretário, mais uma Comissão, salienta que não há gente para isso.

O Camarada José Araújo - sublinha que o problema é a definição da função do Secretário. Se o Secretariado é um órgão de concepção ou de execução, ao que o Camarada Olívio Pires responde que o Secretariado também concebe para além de executar, pois nos outros partidos quem concebe é o Secretariado. Para o camarada Araújo a concepção situa-se a nível do CN e da tal Comissão, desde que o CN esteja de acordo com o que apresentar como reflexão. O Secretariado deve apenas acompanhar a execução, o controle.

O camarada Olívio Pires - fez notar que não é o Secretário que executa, que quem controla é o Departamento, que se existisse, teria quadros que acompanharia e que poderiam fazer propostas escritas (que é de concepção).

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - sublinha que está a levantar a questão apenas para clarificar porque falou-se do Secretariado: duma possível revisão, a sua composição e, portanto, há que discutir isso para se saber o que é concretamente. Perguntou como reforçar o Secretariado, se ele terá a mesma composição ou se será diferente, e se se criar Comissões. Contudo, nota que os Estatutos não deixam abertura de criação de Comissões, porque ele cria só uma Comissão específica.

O Camarada Araújo - Salienta que as Comissões não funcionam quase que por militância dos dirigentes.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto opina que aceitando a criação de Comissões elas devem ser ad-oc, para um assunto. Por exemplo, para a questão em discussão, criar-se uma Comissão para apresentar um trabalho, pois é contra as Comissões permanentes.

O Camarada Olívio Pires - diz que no nosso caso, ainda a Comissão po de funcionar melhor do que um Secretário, porque se por exemplo, não temos condições para criar um Secretário económico com o pessoal para apoiar, pode criar uma Comissão integrado por várias pessoas que não serão profissionais do Partido, mas que podem fazer algo. Mas, se puser um Secretário, não tem pessoal e não fará nada.

O Camarada Júlio de Carvalho - pergunta se os Departamentos terão que funcionar só com profissionais, ao que o Camarada Olívio Pires respondeu que sim porque doutra forma não seria funcional.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - alerta ao camarada Olívio, dizendo que está em contradição com o que disse inicialmente em relação à criação das Comissões, tendo este ressaltado por sua vez que admite que se crie uma Comissão, no caso de não se conseguir pôr um Secretariado a funcionar. Por exemplo, a questão de informação é algo urgente. Não há gente, acha preferível que se crie uma Comissão do que deixar as coisas andarem.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto pergunta então porque não se cria o Vice-Secretário, ao que o Camarada Olívio Pires responde que o que é necessário é arranjar um bom director de departamento. O Cda. Secretário-Geral Adjunto acrescenta que não havendo um Director de Departamento à altura, o Secretário pode ter necessidade de alguém que o apoie (um não profissional). O camarada Olívio Pires diz que não fará nada porque a "espinha dorsal" do Partido são os profissionais que estão aí, e que devem ser capazes.

- Concluindo o camarada Secretário-Geral Adjunto diz que para os órgãos de apoio e de acompanhamento pode-se criar ou: um Secretário, ou no pior das hipóteses uma Comissão dado que a lei permite. Sublinha que ter-se-á que discutir isso na Comissão Política.

O Camarada Olívio Pires manifesta a sua opinião de se criar mais um Secretário para o reforço do Secretariado dado que existe apenas 2 Secretários profissionais.

Continuando, o camarada Olívio apontou para uma 3ª hipótese apresentada pelo Camarada Araújo: um Secretário não profissional, ao que o Cda. Araújo responde que não defende isso, só no caso de não haver alguém profissional, "ver a maneira de se aproveitar a militância das pessoas".

O Camarada Olívio Pires continua dizendo que aqui em Cabo Verde é pos

sível trabalhar com Secretários não profissionais, se houver director, ao que o Camarada Secretário-Geral Adjunto responde que é precisamente esse o problema: a não existência ou raridade dum director permanente.

O Camarada Secretário-Geral Adjunto - diz que há essas 3 hipóteses: Secretários, Comissões e Secretários não profissionais.

O Camarada Júlio de Carvalho - pergunta se nessa reunião do CN não será conveniente informar algumas questões que possa definir melhor a situação presente do país, principais problemas, nomeadamente o ano agrícola, sobre o reajustamento da equipa governamental etc.etc.

O Camarada Olívio Pires - concorda mas sublinha que isso será uma mera formalidade, pois não haverá nada de novo para os membros do CN. A não ser que na introdução do camarada Secretário-Geral se faça referência a isso como uma das questões materializadas, acrescenta.

Acordado à data da reunião da Comissão Política para o dia 14 e tendo sido distribuído tarefas aos respectivos camaradas, a sessão de trabalhos teve o seu encerramento pelas vinte horas.

Praia, 13 de Outubro de 1983

Secretariou,

-ARLINDA FORTES-